

#Incêndios: “Se cada entidade e se cada cidadão estiver empenhado, poderemos estar mais tranquilos”

16 de Junho, 2023

Com a época de elevado risco de incêndios a aproximar-se a passos largos, Portugal volta a estar alerta para os perigos nas zonas rurais e florestais. A Ambiente Magazine está a auscultar vários especialistas da área para perceber o que está a ser feito neste âmbito e como se encontra o nosso país para dar resposta a este desafio.

“Nunca poderemos dizer que o País se encontra preparado para dar resposta a uma época de incêndios, porque os incêndios podem adquirir uma dimensão que por vezes, está fora da capacidade humana de os controlar, com os meios de que dispomos”, começa por dizer **Domingos Xavier Viegas, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra**, defendendo que a melhor resposta é evitá-los. Para tal, “se cada entidade e, sobretudo, se cada cidadão estiver empenhado no seu papel, poderemos estar mais tranquilos”, refere o docente, reconhecendo que “a sensibilização das pessoas e a mobilização dos agentes tem vindo a melhorar de ano para ano”.

Já sobre o facto do primeiro incêndio ter ocorrido no início de abril, Xavier Viegas lamenta tal situação, constatando que se trata do “aparecimento de uma “outra época” de incêndios, no final do inverno e na primavera”, algo que, também, se verificou em 2022: “Tudo indica que tende a ser o novo normal, assim como o alargamento do período de incêndios para o outono”.

“É necessário que haja uma definição criteriosa dessas zonas onde o risco é maior”

Apesar de ser “difícil fazer previsões” o ano 2023 ficou marcado pela “precipitação” ocorrida no inverno: “Houve condições para muita vegetação anual do tipo herbáceas se terem desenvolvido de forma que, se não forem eliminadas, podem ficar disponíveis no verão para suportar a propagação do fogo”. Embora nos meses anteriores tivesse voltado a verificar-se um “deficit de precipitação em quase todo o país”, o docente acredita que a “chuva que caiu nos últimos tempos”, poderá ter reduzido a secura do solo e, assim, atrasado o início do período mais grave, em algumas semanas: “Mas, houve regiões onde isto não aconteceu e, por isso, a disponibilidade de combustível para arder continua a ser importante, pelo que se deve ter mais atenção a essas regiões”, atenta.

Relativamente à Carta de Perigosidade de Incêndio Rural, Xavier Viegas defende a sua necessidade, lembrando que o risco de incêndio não se manifesta em todo o território de modo igual: “É necessário que haja uma definição criteriosa dessas zonas onde o risco é maior e onde as autoridades e os cidadãos devem ter um cuidado maior e onde o Governo deve investir com maior prioridade para a sua proteção”. Ainda assim, há medidas que foram

propostas a propósito da Carta que podem “levar a afastar os cidadãos e a retirá-los da sua contribuição como parte da solução do problema”, atenta.

Já sobre outras medidas, o docente da Universidade de Coimbra defende que a “sensibilização, valorização e proteção dos cidadãos” deve ser sempre reforçado: “O Programa Aldeia Segura, pessoas seguras é uma boa iniciativa, mas está muito aquém do que seria desejado”, lamenta.